TL 2688

COMISSÃO PARA OS DIREITOS
DO POVO MAUBERE
Rua Pinheiro Chagas, 77 - 2.º Esq.
1000 LISBOA — PORTUGAL

C O M U N I C A D O

Publicou o semanário "O JORNAL" do passado dia 4 de Novembro uma pseudo reportagem sobre Timor Leste, com grande chamada de primeira página.

Comprovada a fraude, da qual tivemos praticamente a certeza desde a primeira leitura do artigo, as delegações do Porto, Braga, Coimbra e Lisboa da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, reunidas em plenário nacional, vêm alertar a opinião pública portuguesa para a gravidade deste facto.

O aparente isolamento de Timor-Leste e a actualidade da sua situação têm facilitado uma informação distorcida, que recorre muitas vezes ao sensacionalismo e à notícia de ocasião, menosprezando as fontes autorizadas e o caudal de dados que nos últimos meses se tem recebido do território.

Assim, noticiaram o "Expresso" e o "Tempo", em Julho deste ano, a "rendição da FRETILIN" aquando da conferência de imprensa onde se anunciou a realização das conversações preliminares entre o Coronel Prowanto e o Comandante Xanana. Do mesmo modo os órgãos de informação portugueses não perceberam a importância do documento indonésio capturado pela FRETILIN no decurso da ofensiva "Trovão" desencadeada contra as forças de ocupação indonésias no final de 1982. Apresentado na conferência de imprensa acima referida, o documento apenas viria a merecer títulos de primeira página quando a Amnistia Internacional, desde Londres, o denunciou como manual permitindo e apoiando a tortura dos guerrilheiros presos. Outros exemplos poderiam ainda ser invocados.

O "Jornal" na sua edição do dia 11, pediu desculpa aos leitores pela publicação de tão descarada e oportunista reportagem.

Pensamos no entanto que teria sido importante e justíssimo pedir desculpa sobretudo àqueles que mais sofreram com esta fraude jornalística: o povo de Timor-Leste. De facto, foi do seu sofrimento e da sua luta que o jornalista vergonhosamente se aproveitou e será porventura esta causa que sofrerá as maiores consequências se uma tal reportagem chegar a desacreditar, perante a opinião pública, os verdadeiros acontecimentos e as verdadeiras noticias.

Acreditamos que o publico português sabe destinguir o trigo do joio e que este escândalo provoque uma maior e mais cuidada atenção por parte da comunicação social, à trágica situação que vive o povo maubere e a sua luta, longa de oito anos, pela independência.

Lisboa, 21 de Novembro de 1983